

Presidente
Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy
Paulo Roberto Ferreira Levy
Luiz Fernando Cirne Lima

GAZETA MERCANTIL

Quinta-feira, 23 de junho de 1994

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy

Diretores Executivos

Dirceu Brisola
Luiz Augusto de Castro
Roberto de Souza Ayres

Página 4

Econ. Brasil

Mentalidade a mudar

Sempre que se propõe combater a inflação no Brasil através de programas econômicos abrangentes, lá vem o ramerrão das “perdas salariais”, resíduo tão fértil para a demagogia. Os sindicatos e as centrais sindicais glosam o mote aos berros, e nada mais previsível, em um ano eleitoral, do que a ânsia de alguns partidos políticos em se apropriar do tema, de que o PT se julga, aliás, o porta-bandeira.

Não entendem — ou fingem não entender — os ardorosos defensores de aumentos salariais a todo custo que o programa de estabilização, como têm afirmado com franqueza os integrantes da equipe econômica, não é um mecanismo para a redistribuição de renda, corrigindo injustiças acumuladas há dezenas de anos. O Plano Real propõe-se a derrotar a inflação e somente depois disso é que se poderá melhorar, efetivamente, o perfil de distribuição de renda no Brasil.

Os negativistas, os pregoeiros de greves, as eternas cassandras, esquecem-se de propósito de notar que, com a introdução da URV em março, o País passou a praticar a política

salarial mais justa de sua história, repondo os salários, a cada mês, na medida do crescimento da inflação. Não dizem também que, com a URV, não houve perdas salariais, como bem atestam os institutos de pesquisa econômica. Ao contrário, houve ganhos salariais para muitas categorias, fato nunca reconhecido pelos contumazes detratores do programa de estabilização.

Abespinham-se agora os que querem aparecer como defensores dos salários com relação aos entendimentos que o ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, manteve nesta semana com membros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), como parte da tarefa de comunicação de que se incumbem para preparar a entrada em vigor do real. Ricupero expôs francamente a situação no TST: se forem adotados, nesta fase crítica, “gatilhos” ou outros instrumentos para fazer os salários retornarem ao “pico”, o Plano Real estará grave-

mente ameaçado. E os ministros daquela Corte mostraram ter consciência disso.

O raciocínio do ministro foi ainda explicitado ontem, mais uma vez, perante a Comissão de Trabalho da Câmara. Sublinhou ele que, se comprovadas perdas salariais nos meses de março a junho — o que, repetimos, ninguém comprovou até hoje — então o governo admite repô-las. Quanto ao período que se seguirá a 1º de julho, o governo utilizará o Índice de Preços ao Consumidor em Real (IPC-R), pelo qual se poderá aferir qualquer perda em um período de doze meses, findo o qual será feita a reposição integral.

Os petroleiros e os funcionários de bancos oficiais protestam, estando próxima a sua data-base (1º de setembro). Se, como se espera, a inflação em real cair para níveis ínfimos nos próximos dois meses, eles não sofrerão um decréscimo apreciável em seus salários reais e o governo, como já comentamos, está

decidido a não conceder aumentos às estatais neste ano. Sendo as perdas insignificantes, o que querem os funcionários bem pagos de poderosas estatais? Adicional de produtividade? Ora, o próprio TST, em recentes sentenças, já deixou explícito que não há ganho de produtividade em empresas estatais que apresentam resultados medíocres. Assim, justifica-se, plenamente, que o tribunal dê uma trégua de três meses para que o governo possa baixar significativamente a inflação e manter o equilíbrio fiscal.

Quanto ao salário mínimo, foco de tanta demagogia, parece-nos apenas sensato esperar os efeitos do real para depois ajustá-lo. Se os governos nos três níveis não têm dinheiro para pagar salários mais altos por enquanto — nem a Previdência Social agüenta —, vamos ter de esperar.

Para termos uma moeda forte, será preciso nada menos do que mudar a mentalidade do País, o que é muito difícil, mas não impossível, se o governo mantiver a firmeza de rumos, não se deixando embair pela cantilena das “perdas salariais”.